

Ata de reunião ordinária do COMUS, realizada aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, na sala do Teatro Municipal Pedro Paulo Teixeira Pinto, a reunião deu início com a colocação do Sr. Paulo Presidente do COMUS, se desculpando pelo o atraso devido o mesmo ter que socorrer um idoso que estava passando mal, em seguida fez a leitura da Ata anterior, no qual foi aprovado por unanimidade, em seguida a conselheira Angela questionou se a rampa do Perequê Açú, se foi feita como haviam prometido, o Presidente aproveitou para apresentar a Sra. Estela Miragaya como nova Secretária Adjunta da Saúde e a nova Diretora da Atenção Especializada a Psicóloga Amanda, a Sra. Estela ficou de ver com os responsáveis como está a questão da rampa, uma vez que ela assumiu recentemente, em seguida o Sr. Paulo fez a leitura de um ofício nº 358/2023 da Secretaria de Saúde, para dá ciência da nova proposta de credenciamento e financiamento da equipe Mult. (Multiprofissional), que substituirá a Equipe atual do NASF, e que a Leovigilda estar a par do assunto e qualquer dúvida ela esclareceria, a Leo complementou falando que apesar de não ter mais financiamento por parte do Governo Federal o município arcava com todos os custos para manter as duas equipes do município, e que esse ano foi criado um novo financiamento para as equipes Mult. a conselheira Loreto perguntou se só havia duas equipes, a Leovigilda confirmou que só havia duas equipe e assim mesmo incompletas, tinha uma equipe com apenas 90 horas, com o novo financiamento, poderá haver equipes de 100 a 300 horas e que pretendem aumentar mais uma equipe, tão logo seja possível a contratação de novos profissionais, que pretendem fazer cobertura nas regiões Norte, Sul e o Centro, a conselheira Patrícia perguntou se o repasse federal deixou de existir, a conselheira Leovigilda explicou que o município assumiu financeiramente essas equipes e que só agora voltou o novo financiamento onde contempla as equipes multi. A senhora Estela Miragaya falou que cadastrada no sistema do ministério haviam 3 equipes, mas só duas estavam funcionando. O conselheiro Paulo falou sobre a lei de repasse de incentivo do CAPS para o município de Caraguatatuba, esta lei é para custear os pacientes de psiquiátricos que são encaminhados para o município vizinho, porém a lei está parada com problemas jurídicos, mas já está em andamento para enviar para a Câmara. A conselheira Patrícia falou que há cadastrado no CNES da Santa Casa de leitos de psiquiatria. A conselheira Silvia respondeu que cadastrado haviam dois leitos, mas insuficiente para a demanda do município. O conselheiro Miller falou que os números de pacientes psiquiátricos têm aumentado nos últimos anos e trouxe dados que informam que janeiro foram internados 26 pacientes, em fevereiro 18 pacientes, março 22 pacientes e abril 21 pacientes. Em seguida, o presidente do COMUS Paulo leu a pauta do dia: 01 – CAPS; 02 e 03 – SANTA CASA; 04 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA e 05 – Contrato SANTA CASA. Iniciou com a equipe do CAPS que foi convidada para fazer uma explanação do serviço. A funcionária Alessandra, enfermeira e coordenadora do CAPS, fez uma introdução do que é o CAPS I, CAPS AD e CAPS Infantil, e que sobre o atendimento desses serviços, com exceção do CAPS AD que é porta aberta, deveria ser apenas atendimento de urgência, pois as equipes de ESF recebem matriciamento para atendimento inicial dos pacientes psiquiátricos. O que ocorre é que essas equipes encaminham a maioria desses pacientes com transtornos simples e com isso acarretando um alto índice de atendimento de atenção básica e com isso levando “bordoadas” da população que não conhecem o serviço. E com a pandemia houve um agravamento de pacientes com transtornos mentais, acarretando uma imensa fila de espera, porém o município ainda não está estruturado para atender essa demanda. Falou dos profissionais que atendem no CAPS com suas devidas cargas horárias e a média de atendimento mensal, que havia uma média de 3000 prontuários do CAPS

Infantil. A conselheira Patrícia perguntou se Ubatuba ainda era referência para a Ilhabela, a coordenadora Alessandra falou que haviam 15 pacientes, mas com a implantação do CAPS no município, os pacientes voltaram a ser atendidos no local de origem. Alessandra informou também que o CAPS Infantil mudou de endereço e que está em frente a Santa Casa, para atendimento específico de pacientes infanto-juvenil. A conselheira Patrícia disse que espera que haja melhorias com essa mudança, pois ela tem experiência própria, como mãe de gêmeos autistas, sentiu na pele o que é esperar em um local onde todos estão juntos e sabe da importância desse serviço. Alessandra falou sobre os profissionais que atendem com suas devidas cargas horária e sobre a negociação de uma fonoaudióloga da educação para a saúde, para atendimento específico do CAPS i. A conselheira Eliza colocou sobre a demanda que a APEAU tem e que está muito alta, falou também que uma paciente teve o laudo negado pelo INSS porque o carimbo e assinatura não era de uma psiquiatra. A conselheira Leovigilda falou que deve ter havido algum equívoco, uma vez que até o pediatra pode fornecer o laudo de TEA, e não apenas o psiquiatra. Foi orientado pela conselheira Leovigilda e endossado pela conselheira Patrícia de fazer um questionamento para o INSS, o conselheiro Alex colocou que talvez o CRM esteja solicitando a validação das especialidades e que o profissional não devia ter carimbado como especialidade, uma vez que não está válido no CRM. A coordenadora Alessandra falou que não necessariamente tem que ser uma psiquiatra para fazer atendimento de psiquiatria. O conselheiro Alex continua enfatizando a importância de os especialistas terem o CRM validado. O senhor Afonso, que estava participando da reunião como usuário, falou que na Santa Casa o médico do Pronto Socorro pode até fazer uma pequena cirurgia de urgência mesmo não sendo cirurgião. A enfermeira Ana Carolina, enfermeira do CAPS Infantil, falou que o mesmo passará a atender de infantil para infanto-juvenil. A conselheira Loreto falou que antes tinha um profissional para acolhimento e recebeu algumas queixas de pacientes de que isso não acontece mais, e que seria importante passar essa informação para orientar a população. O senhor Afonso falou que, como usuário do CAPS AD para tratamento de tabagismo que é considerado uma doença, o CAPS AD não atende só drogadição e sim, tabagismo e alcoolismo e que não concorda que o CAPS não seja porta aberta pois os depressivos, por exemplo, com a demora do atendimento podem vir a cometer suicídio, e que ficou sabendo que os próprios funcionários não querem que seja porta aberta. Comentou também que, o Ministério da Saúde tem um programa específico de tabagismo para tratamento e medicação desses pacientes e que são fornecidas pelo SUS, uma vez que essa medicação é cara e que só o psicólogo e grupos não resolvem sem a medicação. Só que para isso o município tem que ser cadastrado e que fez uma ouvidoria há 3 meses atrás perguntando por que esse serviço ainda não foi implantado no município e a resposta foi que estavam em fase de implantação, mas que por motivo alheio foi interrompido, mas que voltará em breve, ele achou que essa seria uma resposta padrão pois o questionamento foi feito em abril e a resposta em maio com data de março. E que ele, junto com o grupo do CAPS AD, está fazendo um abaixo assinado para o município se posicionar a respeito do não cadastramento desse serviço e que são um total de 17 pessoas. Enfatizou também que deixou de fumar graças a equipe do CAPS AD e a condição financeira de comprar medicação, diz que fica pensando nas pessoas que não tem condições de comprar a medicação e por isso dá a importância da implantação desse serviço, para fornecimento grátis desse serviço. Comenta também que teve que fazer uma cirurgia cardíaca por conta do tabagismo, e que tem outra cirurgia programada para semana que vem.

A conselheira Patrícia falou que também fez um questionamento na ouvidoria e a resposta que obteve é que o farmacêutico não tinha feito o curso obrigatório para implantação do programa, uma vez que o mesmo não teve tempo para fazer o curso e perguntou para a secretária adjunta como ela vê esse problema. A secretária adjunta Estela Miragaya informou que está se atualizando pois acabou de assumir o cargo e que vai se informar a respeito. O senhor Afonso falou que ficou sabendo que o farmacêutico já fez a capacitação. A coordenadora Alessandra falou que o tabagismo tem que entrar na linha de cuidados da Atenção Básica com a dispensação de medicação e falou que esse serviço está muito lento, e parabenizou a enfermeira Mariza, uma vez que a mesma consegue fazer um trabalho melhor a respeito do tabagismo e pediu desculpas a resposta dada ao senhor Afonso. Falou também que o município já está cadastrado nesse serviço, mas que depende de outra diretoria para implantação desse serviço. O presidente Paulo propôs criar uma coordenação para implantação desse serviço de tabagismo. A conselheira Eliza perguntou se o CAPS é ou não porta aberta. A coordenadora Alessandra respondeu que por enquanto é só para atenção suicida e para atendimentos de pacientes graves, que é uma demanda grande e que há onze meses atrás quando ela assumiu a diretoria de especialidade, fizeram protocolos de atendimentos, mas que ainda há uma deficiência da equipe multiprofissional e falou que manter o CAPS porta aberta é adoecer a equipe de funcionários e que no novo processo de contratação está previsto a reposição dos profissionais para formação da equipe. Colocou também que toda quinta-feira pela manhã tem um espaço para matriciamento da equipe de ESF (profissionais médicos e não médicos) para atendimento dos pacientes psiquiátricos. A conselheira Loreto falou que fica contente que a Santa Casa tenha esses dois leitos para atendimento de pacientes com transtornos psiquiátricos. A enfermeira Alessandra enfatiza que esses dois leitos são insuficientes e por isso encaminha alguns pacientes para internação em Caraguatatuba. O senhor Afonso falou que deveria ser convocado os profissionais para o matriciamento oferecido pelo CAPS. A secretária adjunta Estela Miragaya falou que na próxima reunião trará uma listagem dos profissionais que compareceram ao matriciamento nos últimos seis meses. A conselheira Loreto solicitou a senha do CNES para acessar os dados de produção. A conselheira Silvia colocou que para acessar o CNES online não precisa de senha, precisa apenas ter dados do profissional que queira pesquisar e que o mesmo não fornece a produção, ela poderá solicitar esses dados para a Secretaria Municipal de Saúde. A conselheira Eliza colocou que no CAPS Infantil há um grande número de mães que participam de um grupo para orientação parental, que os mesmos ficam aguardando mais de seis meses para atendimento e que tem pais que estão há dois anos na fila de espera e que a APEAU foi criada justamente por falta de atendimento aos pacientes espectro autistas, que tem cadastrada em sua sede 320 famílias e que eles ajudam inclusive com cesta básica, mesmo não tendo financiamento do município e sem um real no caixa conseguiram reformar a casa que foi cedida para a sede da APEAU e perguntou até quando eles irão ficar sem respaldo do município, pois até as carteirinhas dos pacientes quem fornece é a APEAU. Falou também que a APEAU ganhou uma verba de R\$ 200 mil reais do deputado estadual Ênio Tatto e que foi informado que essa verba viria em aproximadamente em dois anos, mas o secretário informou que enviou para o ALESP. A enfermeira Ana Carolina falou que o CAPS i passará a atender de 0 a 18 anos e o novo endereço da sede é na Rua Conceição 146 – Centro, em frente a Santa Casa e que os pacientes de 0 a 5 anos são encaminhados primeiramente para o atendimento com pediatra para que o mesmo possa fazer uma avaliação e verificar se o paciente não possui outras comorbidades. E os pacientes acima de 5 anos ficam no CAPS i para

orientação do psicólogo, só que o serviço teve uma pausa, uma vez que a psicóloga que fazia esse serviço passou para coordenação da atenção especializada. A mesma falou que recebeu esclarecimento de que o ocorreu com o laudo de TEA é que a psiquiatra Marina, apesar de ter especialidade na área, no dia em que foi feito o laudo, usou o carimbo de clínica médica e que o carimbo que deveria ter sido usado é o de psiquiatra. Quanto a fila de espera para atendimento no CAPS infantil perguntada pela conselheira Patrícia, não está muito distante, já está em maio de 2023. A senhora Amanda, diretora da atenção especializada, colocou um caso em que uma criança encaminhada para atenção especializada por ter medo de cachorro, com isso sobrou para o CAPS fazer a devida orientação sobre como lidar com essa situação, mostrando que esses casos sobrecarregam o sistema. Tinham casos de adolescentes encaminhados que, após o acolhimento identificava que não era caso de CAPS e que as vezes era resolvido com uma simples conversa de orientação para os pais. O presidente Paulo faz uma proposta para que faça uma nova reunião para tratar só desse assunto, uma vez que a pauta é extensa e que não havia tempo para tratar desse assunto pois havia outra pauta para ser discutida. O mesmo falou sobre dois questionamentos feito pelos conselheiros Guaracira e Alex, sobre o portal da transparência da Santa Casa que estava faltando folha de pagamento e relação de funcionários com seus respectivos cargos e salários. O conselheiro Miller falou que já começaram a colocar o solicitado no site da Santa Casa, mas que, por razão de estar faltando algumas informações está demorando um pouco, porém já está sendo atualizado. Os conselheiros Alex e Amyra falaram que o portal da transparência da Prefeitura tem que estar atualizado com todas essas informações. O conselheiro Miller falou que vai moldar as informações para ser colocado no portal da transparência e colocou que respondeu por escrito o questionamento da conselheira Loreto e propôs que na próxima reunião, os profissionais técnicos da área e a diretora técnica da Santa Casa compareçam para explanação sobre o questionamento da conselheira Loreto. A conselheira Eliza leu no WhatsApp o questionamento da conselheira Guaracira, uma vez que estava participando online, sobre os contratos da Santa Casa e sobre a compra de medicamentos feito através do contrato. “Eu falei com a Tina sobre o documento em que autoriza a compra dos remédios para a rede pela Santa Casa e a resposta foi que existe o documento, mas ela não tinha visto ainda a única coisa que ela foi informada pelo terceiro setor que o documento era retroativo e estava muito confuso e que ela pediu para o advogado ver quanto da validade do documento. Pelo que entendi compraram e depois foram fazer o termo. Aí tinha que ser com a data retroativa. É isso que o advogado vai ver. Será colocado na comissão de finanças e depois informaremos a todos.” O conselheiro Miller falou que existia um termo de apostilamento que prevê sobre essa compra de medicamentos e que o mesmo irá disponibilizar no grupo para que os conselheiros tenham acesso. A conselheira Loreto falou sobre os casos de doenças de gatos no município e sobre a falta do medicamento fluconazol, perguntando se é fornecido pelo município. O senhor Neilton falou que é fornecido sim pelo município e falou que está o município está tomando providencia sobre a esporotricose, e falou que a Santa Casa não está sabendo atender os casos de pacientes picados por aranha marrom, doença essa que vira uma ferida grande e infectada. O mesmo falou que ontem e hoje, a equipe da vigilância recebeu treinamento de abordagem de animais peçonhentos, ontem foi sobre cobras e hoje sobre aranhas e que as aranhas marrons são venenosas, são pequenas e vivem no mato, na verdade, o protocolo tem em sua confecção uma parte da vigilância epidemiológica, no qual orienta o uso de soro pela equipe da Santa Casa de soro antiofidico, assim como soro para picadas de aranhas. Falou também que, como esteve afastado da

vigilância por 6 anos, ainda está se familiarizando sobre todo o assunto e lembra que havia uma rotatividade de profissionais médicos na Santa Casa, alegando que os médicos deveriam receber treinamento contínuo pois tem técnica para fazer a administração desse soro e propõe o estudo de novos treinamentos para os profissionais médicos do pronto socorro da Santa Casa. A conselheira Patrícia perguntou se a Santa Casa tem protocolo para animais peçonhentos. O senhor Neilton falou que sim e que na Santa Casa tem também uma equipe da VIEP para orientação de casos. O senhor Afonso perguntou se tem todos os tipos de soros antiofídicos. O senhor Neilton respondeu que é mantido um estoque de soros dos animais peçonhentos que tem seu habitat na região e que a VIEP faz o controle de armazenamento e reposição. Ele também informa que o fluxo de atendimento na Santa Casa para o atendimento desses casos é prejudicado pela rotatividade dos profissionais médicos e que os mesmos não leem o protocolo. A conselheira Patrícia falou que tem que investir em educação continuada para esses profissionais. O presidente Paulo falou que com essa rotatividade o certo seria fazer treinamento com a equipe de enfermagem, para que as mesmas orientem os médicos novos na Santa Casa. A conselheira Loreto quer saber como está a situação aviária no município. A conselheira Patrícia pediu para voltar para o tema da esporotricose. Segundo o senhor Neilton, tem um pequeno surto dessa doença no município e que está relacionada ao felino, o tratamento do animal deve ser feito pelo veterinário e a família deve ser orientada para controlar o animal. O município dá essa medicação oral para o felino e outro meio de controle da doença é a castração porque os machos brigam muito e transmitem a doença. A conselheira Eliza falou que seria importante uma divulgação para a população para conhecimento e controle da doença. A conselheira Patrícia perguntou como se dá essa contaminação nos humanos. O senhor Neilton respondeu que é fornecida a medicação e os maiores casos estão concentrados nos bairros da Marafunda e Bela Vista. A conselheira Loreto falou que seria correto trazer um treinamento específico para esclarecimento dessa doença. Segundo o senhor Neilton, esses casos também se dão em outros municípios e que foi divulgado que no Rio de Janeiro tem bastante caso e que no município tem uma veterinária especialista em dermatologia que se propõe a dar treinamento a respeito. A conselheira Alessandra, do quilombola, diz que o município deveria investir mais em prevenção, que ela trabalhou na saúde e que na sua família teve um caso de leishmaniose, a mesma teve que explicar para a família sobre a doença e sua transmissão, mas infelizmente não foi levada a sério e a pessoa foi a óbito, por isso a importância de trabalhar nas pontas sobre a prevenção. O senhor Neilton falou que hoje na secretaria de saúde tem um grupo chamado NEPS para trabalhar esse problema de treinamento e o interessante era passar o caso para o mesmo. A conselheira Eliza pediu para o presidente Paulo trazer na próxima reunião como se dará esse treinamento. Neilton voltou a falar sobre a queda da ave em Ubatuba e disse que a Raquel, do Argonauta, reportou para a vigilância que foi no domingo que ocorreu o caso. O mesmo foi interrompido pelas conselheiras Gisele e Eliza que dizem que a ave caiu no sábado, pois elas estavam presentes no local na hora do ocorrido. O senhor Neilton falou que vai conversar com a senhora Raquel para corrigir a data junto ao GVE, relatou que alguém colocou a ave na calçada e uma segunda pessoa manipulou o animal, essa pessoa é da área da saúde, e quando percebeu que o caso seria de uma ave com gripe aviária, constatou a equipe do Instituto Argonauta, o mesmo coletou amostra e enviou para Campinas, onde confirmaram o caso de gripe aviária na noite da segunda-feira. Com isso a equipe da vigilância epidemiologia, tentou entrar em contato com as pessoas que tiveram contato com a ave, mas não obteve êxito e que se alguém conhecer favor



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UBATUBA

Criado pela Lei Municipal número 1.428 de 06/04/1995

Rua Paraná número 257 - Centro

Ubatuba-SP CEP: 11680-000 - Fone (12) 3833-7711

E-mail: comusubatuba@hotmail.com

reportar. Ele falou que se encontrar outra ave da mesma espécie não é necessário fazer o exame, já é considerado positivo. Se for de outra espécie, terá que realizar o exame. O presidente Paulo reforçou a pergunta de como é feita a transmissão. O senhor Neilton respondeu que a transmissão se dá por contato direto, mas a transmissão em seres humanos é menor. Foi criado um protocolo juntamente com a vigilância na quarta-feira passada sobre esses casos e que ele vai se reunir com a polícia ambiental e florestal e até mesmo com comandante da guarda vida para orientação desses casos. Nada mais tendo a tratar essa reunião se encerrou às 17h30 e será assinada por mim, secretária do COMUS.
